



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 17/21-25 **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **2023/05/17**

Handwritten signature and initials in blue ink.

Aos dezassete dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H05M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Sofia Bouça Silva, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, faltou.
- Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, Joaquim Guardão, foi substituída pela Tesoureira Maria Goreti Martins Verde.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, foi substituída pelo Secretário Luís Filipe Silva Matias.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Carlos Gaspar Carrilho.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Domingos António Alves Velho.
- João Alberto Marques Felgueira da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Christine Ferreira Pereira.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro”, Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.



Assembleia Municipal de Caminha

2º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação e discussão sobre o plano da intenção governamental da implantação ao largo entre a costa de Caminha e de Viana do Castelo do parque de eólicas offshore;
- b) – Apreciação e discussão relativa à obra do Mercado Municipal e das instalações provisórias do mesmo;
- c) – Apreciação e discussão da Obra de requalificação na casa social no bairro dos pescadores em Vila Praia de Âncora;
- d) – Apreciação e discussão do contrato de Cessão de créditos Águas do Norte SA ao BEI;
- e) – Apreciação e discussão dos acordos parassociais celebrados entre o Município de Caminha e a ADAM;
- f) – Alteração do regulamento do programa de incentivos do acesso ao ensino superior.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Assembleia Municipal de Caminha

Não houve intervenção do Público.

2.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que de acordo com o combinado na reunião da conferência de representantes a alínea a) é substituída pela alínea e).

a) – Apreciação e discussão dos acordos parassociais celebrados entre o Município de Caminha e a ADAM

Esta proposta foi retirada por solicitação da coligação “O Concelho de Caminha”.

b) – Apreciação e discussão relativa à obra do Mercado Municipal e das instalações provisórias do mesmo

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma breve apresentação da proposta e de seguida disse que obra do mercado tem um contrato público no valor de cerca de 588 000€+IVA, mas, como todos sabem a obra do mercado para além da obra em si mesma tem ao lado 8 contentores que custaram ao Município de Caminha, por adjudicação direta à mesma empresa que constrói o mercado, 188 000€+IVA e passado uns meses mais 97 000€ + IVA.

Disse que a obra do mercado estava prevista ter começado no dia 14/07/2020 porque o contrato previa que a obra começasse no dia seguinte ao da consignação que foi em 13/07/2020, mas, a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da obra competia à Câmara Municipal e a Câmara Municipal só aprovou o Plano de Segurança e Saúde em 8/03/2021. Pergunta, porque o contrato previa que começava no dia a seguinte à consignação? Ou, começava quando o plano fosse aprovado? Porque é que demoraram tantos meses a aprovar um plano?

Disse ainda que houve uma suspensão de trabalhos por 65 dias, porque foram detetadas durante a remoção 31 pilares com fibrocimento e a questão, é que este projeto tinha erros e omissões que vão ser precisos pagar, pergunta, ao Senhor Presidente da Câmara se já sabe o preço destes erros omissões.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida coloca as seguintes questões:

Porque é que o contrato só prevê uma garantia bancária de 5% numa obra custou 588 000€, quando devia ser 10%?

Porque motivo se deram prorrogações sem aplicar as sanções contratuais?

Dos 2 erros e omissões detetados foi responsabilizado o projetista? vai ser ou vai ser o Município a pagar esses erros?

Porque é que a Câmara Municipal de Caminha adjudicou ao abrigo do Decreto-Lei do Covid que permitia alterar as regras da contratação pública por motivos inesperados e urgentes, porque é que adjudicou os contentores ao abrigo daquela lei, quando a obra do mercado estava prevista, planeada e tinha sido devidamente contratada através de um concurso?

Que destino vão dar aos contentores no final da obra? (**áudio 10.31 e 17.27 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que, o processo de construção do Mercado Municipal ficará para a história, pelas histórias que ele próprio envolve, após anos de contestação e exigência de maior dignidade ao Mercado Municipal, a controvérsia pela manutenção do lugar nobre de Caminha que se alia também ao espaço da feira semanal concomitante até à decisão final de se avançar para esta opção passaram cerca de 3 mandatos no mínimo cerca de 12 anos excluindo outras tantas discussões prévias...)

Disse ainda que a suspensão dos trabalhos entre abril e junho de 2021, para remoção de fibrocimento com amianto dos pilares algo não previsto e esta questão do não previsto parece-lhes ser essencial, início da saga das prorrogações do prazo(...), e passado o prazo de entrega da obra já se está em maio de 2023 e a obra não está entregue, e, importa então perceber as razões para além do documentário, importa perceber os impactos das soluções provisórias encontradas o que revelam os números a aquisição dos contentores as circunstâncias em que estes foram adquiridos sobretudo a conjuntura pandémica que permitiu encontrar soluções ao nível dos recursos financeiros(...)mas, após análise da informação passada para a última Assembleia extraordinária num dos documentos datado de 29/03/2023 fica comprovado que não houve celebração de nenhum tipo de contrato por conta da



Assembleia Municipal de Caminha

existência de qualquer tipo de trabalhos complementares, importa então saber se esta remoção do fibrocimento foi ou não foi um trabalho complementar, quem é que vai pagar esta parte de trabalhos que foram desenvolvidos e que também justificaram este atraso na obra e por fim, pergunta quando é que a obra estará efetivamente concluída e entregue e disponível para os munícipes e para o Município de Caminha. **(áudio 17.50 e 21.29 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse em relação à obra do mercado que as perguntas colocadas tiveram a sua pertinência, mas, o Senhor Presidente irá esclarecer todas as questões colocadas.

Disse ainda que a obra do mercado não pode de forma alguma ser questionada, porque, era uma obra fundamental para o Concelho de Caminha e principalmente para as pessoas que trabalham no Mercado Municipal. Foi uma obra ansiada durante anos a quem esteve 12 anos no poder antes do Partido Socialista e nada fez pelo mercado de Caminha. Porém, o executivo do Partido Socialista teve pela frente um trabalho árduo para conseguir que esta obra se concretizasse, porque, os terrenos onde se encontra situado o mercado fazem parte de um acordo que o PSD fez ao entregar os direitos de superfície às PPP das Piscinas de Vila Praia de Âncora(...) **(áudio 21.45 e 23.49 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e, em resposta às questões colocadas disse que ao ver a coligação da direita levar a debate o tema do Mercado Municipal de Caminha é bom por vários motivos, pois permite fazer história, conhecer o passado, mas, permite também fazer alguns esclarecimentos, porque, muitas atoardas são lançadas para a comunicação social, muitas são lançadas para o debate público sem que as mesmas correspondam à verdade e, portanto, é o momento em que pode esclarecer a população.

Referiu o Senhor Presidente que este era um mercado construído a título provisório que durou mais de 4 décadas, mais de 40 anos, no entanto, por inércia de uns e de outros nunca se fez a obra do mercado e agora vê aquele constrangimento todo de algumas pessoas que tiveram responsabilidades ou que representam partidos que



Assembleia Municipal de Caminha

tiveram responsabilidades autárquicas irem ali tentar enlamear o processo que é o Mercado Municipal de Caminha, mas, a verdade é que se conseguiu financiamento comunitário, a verdade é que o mercado está em construção, se lhe perguntam se demorou muito tempo, é verdade, porém, como a memória é sempre muito curta porque, quando se estava a viver os tempos pandémicos eram forçados a estar em casa e não havia gente para trabalhar, tinham receio de estar com toda a gente, e foi esse período que este mercado também apanhou(...)

Relativamente aos contentores disse o Senhor Presidente que numa primeira fase foram adquiridos única exclusivamente para albergar os mercadores que estavam dentro do mercado de venda de peixe e de fruta, porque houve informações da Autoridade Veterinária Municipal a dizer que não havia condições de higiene e salubridade e que foram agravadas pela questão da pandemia, Covid, e recomendava a Câmara Municipal para encontrar soluções, e naquelas circunstâncias àquela data a solução encontrada foi adquirir os contentores para resolver um problema emergente e hoje são propriedade do município(...)

Para terminar disse ainda o Senhor Presidente quanto à obra do mercado só começar após a aprovação do Plano de Segurança, houve atrasos consecutivos e sucessivos, mas, até a presente data não há trabalhos a mais na empreitada, e agora vai haver um mercado com mais condições, moderno onde os mercadores do Concelho poderão vender com maior higiene e salubridade, porque, é para isso que são eleitos, para criar melhores condições de trabalho para fomentar a economia e para ajudar a população. (áudio 24.00 e 32.53 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e colocou várias questões entre as quais:

Em 40 anos, quanto tempo é que o PS teve a governar a Câmara Municipal de Caminha?

O que vai fazer aos contentores depois da obra acabar?

Se tem os pareceres do Veterinário Municipal escritos, se os tem, porque é que não os forneceu para debaterem ali aquilo que apresentou como sendo um facto verdadeiro?

Se foi no Verão do ano passado que a obra mais avançou em betão, porque motivo nesse período os autos de medição eram de valor mais baixo, e, porque motivo até



Assembleia Municipal de Caminha

pagaram faturas em 15 dias quando tinham 2 meses para as pagar? (**áudio 33.08 e 35.23 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado disse que é normal que desconheça como se processam estas questões dos pagamentos com a autoridade de gestão de fundos comunitários. E, passa a explicar como se processa: a Câmara Municipal envia para a autoridade gestora, esta faz a análise daquilo que é o envio dos dados para pagamento, dá o seu ok, transfere o dinheiro para a Câmara Municipal e a Câmara Municipal paga ao empreiteiro.

Relativamente à questão colada sobre os pareceres do Veterinário Municipal, disse o Senhor Presidente que existem como é obvio, porque, se assim fosse não os tinha referido, e quando ali vai falar, fala com verdade, e de seguida passou a ler o parecer do Veterinário Municipal (...), após a leitura desse parecer a resposta para tantos problemas expostos foi a aquisição dos contentores. (**áudio 35.29 e 38.45 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pediu ao Senhor Presidente para dar resposta às perguntas que fez. Perguntou ainda ao Senhor Presidente, se tinha esse parecer, porque, não lhes foi enviado e se reconhece ou não, que esse parecer é o reconhecimento escrito do Município de Caminha governado pelo PS desde 2014, que deixou degradar durante todos esses anos o Mercado Municipal, e, nesse ponto reconhece ou não que o Partido Socialista governou em 40 anos, 28 anos.

Para terminar, disse que a compra dos contentores e a deslocalização dos vendedores para os contentores afastou as pessoas daquela área. (**áudio 35.58 e 40.01 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado quando referiu que em 40 anos, quantos anos é que governou o PS, pois em 40 anos foi o PS que construiu 2 mercados, mas, quando começou a precisar verdadeiramente de obras de investimento estava o partido que o sustenta nesta Assembleia e que nada fez, e, em 2014 quando o Partido Socialista voltou novamente à Câmara Municipal, o mercado sofreu uma vistoria ASAE e disse que o mercado estava encerrado e teve de ser o seu antecessor a convencer a ASAE, que se ia proceder de



Assembleia Municipal de Caminha

imediato às obras de reparação dentro do prazo estipulado, e, nesse momento os trabalhadores da Câmara Municipal trabalharam fins-de-semana para minimizar esses impactos, e, vem ali dizer que em 40 anos o Partido Socialista governou e nada fez. Mas, foi o Partido Socialista que fez os 2 mercados, o provisório e agora este.

Disse ainda o Senhor Presidente que não vê quais as dúvidas relativamente à questão do mercado, quando se faz a transposição dos mercadores para os contentores, e muito provavelmente o Senhor Deputado não conhecia tão bem o mercado provisório por dentro, e dado o problema sanitário que se impôs sobre o País e o Concelho de Caminha em particular que teve picos muito altos de contaminação no território tiveram que tomar medidas no âmbito do COVID. **(áudio 40.04 e 43.08 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e perguntou se o projeto que foi a votação é aquele que está a ser cumprido. E, qual é a previsão da conclusão da obra. **(áudio 43.29 e 44.02 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado disse que em relação à primeira pergunta que não. Quanto à segunda questão, julga que ainda será neste semestre que a obra se conclua, no entanto, sempre com algumas reservas de data. **(áudio 44.13 e 44.53 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, referiu que o Senhor Presidente da Câmara disse há pouco que o Partido Socialista em 40 anos fez 2 mercados, mas, corrija se está errado: Não foram três? o mercado de Vila Praia de Âncora também foi construído pelo Partido Socialista. **(áudio 45.02 e 45.23 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta à Senhora Deputada, disse que também foi o Partido Socialista que contruiu o Mercado de Vila Praia de Âncora. **(áudio 45.28 e 45.30 minutos da 1.ª gravação).** -----



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, voltou a perguntar ao Senhor Presidente, porque fez pagamentos a 15 dias quando tinha 2 meses por contrato para pagar. (áudio 45.39 e 46.41 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta ao Senhor Deputado disse que quando pagam a 90 dias estão a pagar fora de prazo, quando pagam dentro do prazo é porque pagam adiantados. (áudio 46.54 e 47.23 minutos da 1.^a gravação). -----

c) – **Apreciação e discussão da Obra de requalificação na casa social no bairro dos pescadores em Vila Praia de Âncora**

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que como é possível gastar 55 700€ + IVA, para remodelar uma casa de 40m², onde se colocam duas ou três janelas, uma ou duas portas, uma cozinha com 5 metros lineares, uma pequena remodelação na casa de banho, pintar paredes e refazer um piso com mosaico.

De seguida colocou várias questões, entre as quais:

Porque, não houve parecer do chefe da divisão, nem da vereadora da ação social relativamente a esta proposta e do valor apresentado?

Porque, foi solicitado apenas um único orçamento preliminar, a uma única empresa?

Foram enviados convites a três empresas, com o valor base dada pela anterior proposta, AMC - Agostinho Malheiro Coelho, todas fora deste Concelho, porque, não foi requerido propostas preliminares também a empresas do Concelho?

Foi definida a taxa do IVA a 23 %, mas, sendo esta uma obra de reabilitação, porque não foi acautelada, a redução do IVA, no âmbito da reabilitação urbana?

Quanto aos materiais utilizados, porque, não foram pedidos mais orçamentos, visto que os utilizados o valor foi inflacionado? (áudio 48.04 e 54.42 minutos da 1.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e fez um



Assembleia Municipal de Caminha

pedido de esclarecimento e disse à Senhora Deputada, que a redução de taxa para 6% só é possível quando a incorporação de materiais não ultrapassa 20% da obra. **(áudio 55.03 e 55.19 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez vários considerandos à proposta entre os quais disse que reconstruiu um prédio por 120 000€ e à taxa de 6%, e para esta habitação de 40m², foram gastos 55 700€ + IVA, trata-se de uma obra extremamente cara, e já tem problemas, pelo que pergunta se já foi acionada a garantia bancária. Mas, a curiosidade desta obra é que a empresa que reconstruiu esta habitação é a mesma empresa que vendeu os contentores e que está a construir o mercado. **(áudio 55.38 e 59.59 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, referiu que não gosta enquanto autarca, mas, também enquanto homem o direito de levantarem suspeições e depois não fazer concretização, quando se tem certezas daquilo que ali afirmam, devem demonstrar e não atirar atoardas para o ar, até porque estão no exercício de cargos públicos com responsabilidade. E ainda para dissipar as questões da obra do mercado, disse que, esta foi uma obra que foi concurso público com visto do Tribunal de Contas e não percebe onde está ali a tentativa de ligar a obra do mercado à obra da casa dos pescadores, mas,, a verdade é que durante décadas nada se fez naquela habitação social, e quando se faz alguma coisa é sempre um erro, são criticados por fazer e são criticados por não fazer, porém, prefere ser criticado por fazer porque a obra fica e permanece e as pessoas usufruem.

Quanto à consulta preliminar disse o Senhor Presidente que obteve uma resposta de um valor para ver qual era o preço que estava a praticar no mercado, refere ainda o código da contratação pública o qual refere que se deve fazer o convite à empresa que deu o primeiro valor e ainda foi solicitado um orçamento a outras duas empresas e uma delas nada disse, a outra disse que por aquele valor não fazia.

De seguida o Senhor Presidente pediu para que fossem passadas umas fotografias, para confirmarem o estado em que se encontrava aquela habitação antes e depois da obra realizada. E, termina a referir que os Senhores Deputados da Coligação foram ali dizer que a habitação se encontra pior agora do que antes da intervenção, no entanto, se houver necessidade de ativar a garantia, será ativada, porém, a arrendatária não



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

fez qualquer tipo de comunicação nesse sentido. E, aquilo que pode ainda referir é que esteve lá na entrega da chave com a Senhora e viu as obras que foram realizadas e a habitação tem dignidade, e é uma habitação que honra quem lá mora. **(áudio 1.00.04 e 1.05.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente se não reparou que as portas que estão no caderno de encargos eram para ser mudadas e as portas não foram mudadas, foram envernizadas e só mudaram os puxadores. **(áudio 1.06.06 e 1.06.55 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que aquilo que se vê nas imagens parecem portas novas, pergunta se as portas foram substituídas ou não, conforme previa o caderno de encargos. **(áudio 1.07.07 e 1.07.39 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a informação técnica que tem é que foi cumprido o caderno de encargos. **(áudio 1.07.52 e 1.07.57 minutos da 1.ª gravação).** -----

d) – Apreciação e discussão do contrato de cessão de créditos Águas do Norte SA ao BEI

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que, levaram a discussão esta dívida pela relevância que tem, que se está agora a pagar, mas, também porque os nossos filhos e netos a irão pagar....ficando hipotecado o futuro até 2045! É, mais uma dívida criada pelos executivos PS, à semelhança da dívida à Luságua, dívidas para várias gerações pagarem, que não são de investimentos, mas que resultam da má gestão do dinheiro público.

Relativamente à dívida às Águas do Norte, disse o Senhor Deputado que foram discutidos vários planos de pagamento com a empresa entre os quais um último em 25/02/2019 que nunca chegou a ser efetivado, porque, o Município de Caminha



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

declarou, em acordo, informações que não correspondiam à verdade em relação aos limites de endividamento financeiro, como refere Carla Correia das Águas de Portugal em e-mail enviado ao Presidente da Câmara Miguel Alves, onde refere "no ARD celebrado em 25 de fevereiro de 2019 o Município, na cláusula 10.2 declarou expressamente que: a) Cumpre os limites de endividamento financeiro (...)", o que era falso e como o Município de Caminha não cumpriu os limites de endividamento, teria de obter um despacho conjunto dos membros do Governo para concretizar esta cessão de créditos. À data, nenhum membro do Governo se atravessou pela decisão do Executivo da Câmara de Caminha para cessão de créditos ao BEI(...)

Termina a referir o Senhor Deputado que se um plano de pagamentos trimestral com 97 prestações que vai até 15/09/2045(...) está-se a pagar água novamente! Já se pagou em 2014, 2015, 2016 e por aí afora, e ainda por cima, a adesão à ADAM originou ter a água mais cara do distrito! (áudio 1.08.53 e 1.15.36 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado e perguntou se trouxe os documentos da dívida que o PSD deixou dívida de águas em 2012 no valor de 6 500 000€ à Câmara Municipal de Câmara, pois está ali uma notícia de junho de 2012. (áudio 1.15.49 e 1.16.51 minutos da 1.ª gravação). ---

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta disse que trouxe o Relatório de Contas da Águas do Norte, o qual refere vencido em ano menos dois 137 000€ em 2011 em 2012 vencidos 115 000€, em 2013 vencido 314 000€, portanto totaliza um total de vencido 566 000€. (áudio 1.17.00 e 1.19.01 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, referiu que em 2012 a Câmara de Caminha ia começar a pagar uma dívida à empresa Águas do Noroeste no valor de 6 500 000€, notícia que saiu na comunicação social, agora, falta ali saber quem está a faltar à verdade. (áudio 1.19.10 e 1.19.32 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta disse que numa ata de 2015, 2 649 000€ de 2014, 2015 anteriores, e tem ali um protocolo de Espinho 323 000€, valor



Assembleia Municipal de Caminha

liquidado no âmbito do primeiro acordo 638 000€, ou seja, um total de 4 219 000€ e em 2017 tem um acordo que refere “o primeiro outorgante reconheceu através do acordo celebrado em 18/12/2012 ser devedor do montante de 891 000€. **(áudio 1.19.51 e 1.21.15 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se acredita mais na contabilidade organizada das Águas do Norte que são certificadas por um Roc, ou, numa notícia qualquer de um jornal. É, verdade ou não, que o Senhor chegou à conclusão de que nos anos 2011/ 2012 e 2013 a dívida rondava a volta 800 000€, e, é verdade ou não que depois confirmam essa dívida num acordo que foi feito posteriormente em 2019 em que a Câmara Municipal de Caminha se confessou devedor ao ano de 2012 de cerca de 800 000€. **(áudio 1.21.39 e 1.22.59 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, em resposta disse que a credita em contas certificadas por Roc, em atas transcritas até no tempo do anterior Presidente da Câmara, e a dívida começou a crescer a partir de 2013. **(áudio 1.23.16 e 1.23.45 minutos da 1.ª gravação).** -----

e) – Apreciação e discussão sobre o plano da intenção governamental da implantação ao largo entre a costa de Caminha e de Viana do Castelo do parque de eólicas offshore

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez a apresentação da proposta.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que hoje estão ali a debater a possibilidade da criação de uma zona de exclusão no mar junto do nosso Concelho, para a criação de um parque de afetação para energias renováveis offshore. E, a verdade é que, a União Europeia tem como meta a sua descarbonização estando fortemente empenhada em encontrar soluções para a produção de energia, ficando cada vez menos dependente de energias fósseis e, bem assim, dependente de países terceiros, e muitas são já as soluções apontadas: desde a energia solar, a energia eólica,



Assembleia Municipal de Caminha

passando pela energia oceânica, no entanto, o que estão ali a debater é a criação de um parque eólico ao longo da costa entre Caminha e Viana do Castelo, numa área global de 663 km², gerador de uma potência de energia de 2,0 gigawatts (GW).

Disse ainda a Senhora Deputada que já tem sido feito muito trabalho com as Associações de Pesca, com a comunidade local, com as Instituições e Organismos do Estado, com o próprio Governo, mas, apesar de reconhecer a importância da descarbonização da economia, não pode deixar de estar também preocupada com a solvência da atividade económica que é a pesca, sector fundamental da economia local. Disse que o Senhor Presidente Rui Lages já reuniu com a Secretária de Estado das Pescas, depois de ouvir a comunidade piscatória, e, já esteve presente na Comissão de Acompanhamento que irá colaborar na elaboração do Plano de Afetação, no sentido de minimizar todos os impactos que este Plano possa causar ao nosso território, aos nossos pescadores (profissionais e lúdicos), aos praticantes da náutica de recreio e marítimo-turísticas.

Termina a Senhora Deputada a dizer que esta é uma matéria em que todos devem estar unidos, em torno da população, em torno de uma causa maior que é o Concelho de Caminha. (áudio 1.27.53 e 1.33.52 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, estará como sempre esteve ao lado da sua população e agora neste caso em particular, ao lado dos pescadores e suas famílias.

Disse ainda que este Parque Eólico a ser instalado na nossa costa, com as vibrações e ruídos das pás e as ondas magnéticas dos cabos submarinos, ao redor do Parque, vai reduzir em muito a área de pesca dos pescadores, será definitivamente a morte anunciada da pesca local do Concelho de Caminha, logo, estão contra a autorização da instalação deste Parque Eólico.

Para terminar, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo:

Qual a posição do Sr. Presidente da Câmara e restante executivo em relação a este assunto, dando essa resposta aos pescadores do Concelho e às suas famílias?

O porquê de não ter reunido com os Pescadores do Concelho, aquando da Consulta Pública, a fim de ouvir as suas opiniões e preocupações como aconteceu com outros



Assembleia Municipal de Caminha

Presidentes de Câmara e querer ocultar o assunto o fizeram. (áudio 1.34.08 e 1.38.36 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a iniciativa da OCP deu palco ao Partido Socialista, vai dar à CDU e ao Bloco de Esquerda e vai dar ao Senhor Presidente da Câmara que só acordou para esta matéria quando a OCP reuniu com os pescadores em Vila Praia de Âncora há cerca de um mês. Referiu ainda que, o Senhor Presidente tinha dito que não se pronunciou, porque o Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho já se tinha pronunciado como se a Câmara e a Junta de Freguesia fossem o mesmo organismo, mas, o Senhor Presidente da Junta pronunciou-se num parecer para um contrato de ordenamento celebrado entre o Estado Português e Baywa R.E. Projetos Espanha, SLU, um projeto anterior a este em que estava previsto montar entre 25 e 53 aerogeradores, hoje estão a falar de 80 aerogeradores e pronunciou-se só do ponto de vista das indemnizações e não é isso que está ali em causa, os pescadores precisam de pescar e não de indemnizações. Disse ainda que, no dia de hoje por iniciativa da OCP várias Associações de Pescadores do Castelo de Neiva até Valença foram ouvidas pelos Senhores Deputados e foram ouvidas pela Comissão da Economia e do Mar. Porque, o que está ali em causa é o que está na proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre o impacto no setor das pescas dos Parques Eólicos Marítimos e de outros sistemas de energias renováveis, e todos querem a descarbonização mas, colocar as eólicas no mar a qualquer custo, como refere o Parlamento Europeu que insta a comissão a efetuar uma avaliação de impacto para analisar os impactos estimados em matéria de economia, sociedade e ambiente, clima e biodiversidade, construção de novas instalações eólicas marítimas em zonas que poderão entrar em conflito com o setor das pescas,

Termina a perguntar ao Senhor Presidente se vai ou não proteger os pescadores do Rio Minho os pescadores do mar de Caminha, as espécies que vão ficar em risco e as famílias que vão deixar de ter rendimentos. (áudio 1.38.56 e 1.45.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, referiu que a audição de hoje na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas Planeamento e Habitação não



Assembleia Municipal de Caminha

esgota a ação coletiva que junta pescadores na defesa do setor da pesca ao que se aliam todos os que reconhecem a razão maior da sustentabilidade ambiental e económica como garantia de sobrevivência e de soberania.

Disse ainda que o PCP nesta matéria tem provas dadas, participou no âmbito da consulta pública, a proposta preliminar das áreas especializadas e dos pontos de ligação à rede nacional de transporte de eletricidade elaborada pelo grupo de trabalho para o planeamento e operacionalização de centros electroprodutores baseados em fontes renováveis de origem a localização oceânica criada pelo despacho número 11404/2022 e, em requerimento ao Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas datado de março último pediu o PCP audição de diversas entidades representativas dos profissionais da pesca sobre a proposta preliminar de novas áreas de implantação para energias renováveis iniciativa que até hoje se aguarda mostrando como auscultação a audição o diálogo que agora o governo diz estar em curso o processo de instalação de parques eólicos no País, e, enquanto tudo isto avança o governo diz-se agora interessado em ouvir os setores tomar nota dos possíveis impactos atender às reivindicações de forma particular dos pescadores. Porém, para o PCP no quadro da intervenção da CDU o que importa é a defesa clara do interesse das populações o que é necessário é quem defenda a pesca e a soberania nacional o que importa é perceber o que o governo pretende iludir com a defesa da soberania energética do país quando afinal entrega o setor ao capital estrangeiro e aos interesses externos que em última instância são contrários ao país e às populações, e importa também perceber porque razão a soberania energética em nosso entender não salvaguardada se sobrepõe à soberania alimentar ignorada em todo este projeto.

Para terminar, disse o Senhor Deputado que hoje deveria estar ali em discussão e aprovação até pela influência do município no já referido projeto de afetação era uma moção, uma moção que afirmasse o nosso compromisso enquanto eleitos de colocar os interesses locais regionais e nacionais acima de quaisquer outros dando o nosso contributo para o futuro medido na sustentabilidade na gestão de recursos e na garantia das atividades produtivas às gerações vindouras. **(áudio 1.45.24 e 1.53.48 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado, porque é que só agora depois desta iniciativa da OCP e apesar da



Assembleia Municipal de Caminha

boa iniciativa do Partido Comunista Português a nível nacional, porque é que só agora a CDU em Caminha toma esta posição. E, porque é que o Senhor Deputado não apresentou a moção sabendo que se ia realizar esta Assembleia Municipal. **(áudio 1.54.00 e 1.53.48 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, em resposta referiu que nunca esteve ali em causa uma moção relativamente a esta matéria, o que ali esteve em causa na última Assembleia relativamente a moções tinha a ver com algo que se prende unicamente com o executivo que lhe competia apenas ao executivo que é uma matéria completamente distinta desta, porque, aquilo que o Senhor queria era que esta Assembleia condicionasse efetivamente a ação do município que nada tinha a ver com a questão da energia.

Disse ainda que o PCP sobre esta matéria tem provas dadas porque, atribui àquilo que diz respeito à sua ação político-partidária deixando que os movimentos de cidadãos que as suas justas representações que o movimento associativo encabece aquelas que são as suas lutas porque, é a sua vida que está em causa e o PCP não saiu da sua coligação CDU nas diferentes representações que têm nomeadamente nesta Assembleia que cá está para dar o apoio necessário a essas reivindicações das populações não usam as pessoas para fazer a bandeira partidária como aliás esta Assembleia hoje tem provado por variadíssimas vezes.

Para terminar disse que este plano não é um plano local e o Senhor Deputado sabe que não é um plano local, até ilude as pessoas pensando que este é um problema de Caminha e não é efetivamente um problema de Caminha, e também sabe que o Senhor Deputado tem imensa dificuldade em ter ações que sejam muito mais abrangentes porque o partido que ele ali representa, é o que é. **(áudio 1.55.17 e 1.58.46 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pergunta ao Senhor Deputado se está a referir à CGTP Intersindical e a Frenprof. **(áudio 1.59.07 e 1.59.23 minutos da 1.ª gravação).**

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, em resposta disse ao Senhor Deputado que acabou de ali provar uma vez mais a razão pela qual votou contra



Assembleia Municipal de Caminha

última moção que a CDU apresentou sobre o 25 de abril e 1º de Maio dedicado aos trabalhadores e à sua justa luta. **(áudio 1.59.43 e 2.00.03 minutos da 1.ª gravação).**

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, referiu antes de dar início à sua intervenção que está de acordo com o Deputado Celestino, quando refere que o Senhor Deputado Jorge Nande é a pessoa que só diz verdades, ou seja, o Senhor Deputado agendou uma reunião com uma associação de Caminha sobre este tema e pura e simplesmente não só faltou como não teve a hombridade de dizer ia faltar.

De seguida, o Senhor Deputado faz alguns considerandos a esta proposta e diz que a pesca no Concelho de Caminha constitui no seu conjunto a atividade económica privada que mais população emprega dando trabalho direto e indireto a mais gente do que qualquer outra empresa industrial ou comercial situada no nosso Concelho, é pois uma atividade que carece de toda a proteção do Estado e nenhuma ação do mesmo Estado que vise causar o seu prejuízo a sua diminuição ou supressão e não há dúvida nenhuma de que a geração elétrica através de instalações eólicas é uma grande incontornável necessidade e deve ser implementada o quanto antes, no entanto, isso não significa que essa implementação seja feita a qualquer forma.

Disse ainda que, a instalação de um parque eólico offshore que impeça a continuidade do uso das pesqueiras aos pescadores do Concelho só pode ser pelo Bloco de Esquerda firmemente repudiado, porém, tudo é uma questão de bom senso pois é possível conciliar os dois interesses em conflito minimizando o impacto da instalação seja pela identificação das pesqueiras salvaguardando o seu uso seja pelo afastamento para lá das milhas previstas de forma a não acabar com a pesca, e, o Bloco de Esquerda acompanha com muita preocupação o novo processo de imposição de interesses financeiros em prejuízo da população local.

Para terminar, disse que Portugal é o País que tem a maior zona económica exclusiva da União Europeia e ainda assim tudo faz para destruir este enorme potencial destruindo a atividade da pesca destruindo os recursos para colocar os pescadores já não a viver da pesca, mas, a procurar sobreviver da pesca. **(áudio 2.00.13 e 2.07.24 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pede a defesa da honra e disse que tem muito respeito pelo Senhor Deputado Abílio, e se quando afirmou que ele marcou uma



Assembleia Municipal de Caminha

reunião com alguma associação a Corema se chegou a essa conclusão por ele ter falado ao telefone com o Sr. Gualdino a dizer que Dr.^a Liliana Silva ia falar com ele. **(áudio 2.07.34 e 2.08.40 minutos da 1.^a gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que admite que possa ter sido a Dr.^a Liliana a marcar a reunião, mas, o Senhor Deputado acabou de dizer que telefonou ao Gualdino. No entanto, pede desculpa por isso, mas, o essencial e o principal foi terem marcado uma reunião com a Corema e não apareceram. **(áudio 2.08.58 e 2.09.37 minutos da 1.^a gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Abílio e perguntou, uma vez que está tão preocupado com os pescadores quantas vezes reuniu com os pescadores de Caminha desde que este problema surgiu. **(áudio 2.09.48 e 2.10.16 minutos da 1.^a gravação).** -----

O **Senhor Deputado Vasco Presa**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente e disse ao Senhor Deputado Celestino que talvez não conheça o que é uma carta de navegação na sua realidade dentro da área de pesca daquilo que é o interesse dos pescadores, ou não discutível e só a partir de hoje é que tive uma abertura que vão ser ouvidos sobre esta temática que eles entendem.

Disse ainda o Senhor Deputado que as offshore eram colocadas dentro da nossa zona na parte mais longitudinal em relação à costa, precisamente em frente a Vila Praia de Âncora dentro de um acordo que se tem com o país vizinho a retirar o interesse a esse acordo que lhes é benéfico por estar na Capitania como área oceânica mais pequena do país. E, como tinha referido só hoje é que souberam que possivelmente não vai avançar sem ser reestruturado e acautelado com um grupo de trabalho da Associação de Pescadores para ser discutido publicamente e o Senhor Presidente da Câmara disse-lhes que os vai acompanhar nas reuniões que irão ter. **(áudio 2.10.36 e 2.13.09 minutos da 1.^a gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e fez vários considerandos à proposta apresentada. Como não podem ficar quietos à espera que outros resolvam os problemas e dadas as



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a circled 'D'.

Assembleia Municipal de Caminha

respetivas contrapartidas financeiras, porque esta é a hora de lutar e dar a cara sem medo pelo que é nosso.

Refere ainda o Senhor Deputado que existem estudos sobre os impactos que as eólicas offshore provocam, como a possibilidade de poluição por óleo, moderada; importância por poluição química, moderada; importância perturbação do Fundo do mar por fundamento de detritos, moderado; importância presença física de estruturas, alta importância; o ruído dos movimentos das pás, alta importância; isto é um excelente cartão de visita para o Município que essencialmente vive de turismo e o impacto negativo que vai provocar na economia do Concelho que o desaparecimento da pesca.

Para terminar, o Senhor Deputado deixa uma questão à Assembleia Municipal, se estão ou não dispostos a aprovar uma moção conjunta contra a instalação do parque eólico na nossa costa. **(áudio 2.13.24 e 2.19.12 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Ricardo Cunha e perguntou se sabe qual foi a votação do partido que suporta a coligação na Assembleia da República nas petições do Bloco de Esquerda e da CDU em relação à água. **(áudio 2.19.16 e 2.19.44 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse que para ele o que fazem em Lisboa não lhe interessa, o que lhe interessa é defender a população do Concelho, a população que o elegeu e está contra este parque eólico. **(áudio 2.19.46 e 2.20.23 minutos da 1.ª gravação).** -----

O Senhor Deputado Luís Alexandre, referiu que é inequívoco que num contexto de resposta às alterações climáticas, apostar na produção de energia a partir de fontes renováveis é uma necessidade. Não estão contra qualquer projeto estruturante carrega com ele vantagens, mas inevitavelmente desvantagens. Apesar dos claros impactos positivos em relação à produção energética, os parques eólicos offshore não estão isentos de provocar desequilíbrios ambientais, sociais e económicos. Por outro lado, é fundamental perceber de que forma estas estruturas, instaladas a uma distância tão próxima da costa, poderão interagir com o meio e que tipo de



Assembleia Municipal de Caminha

desequilíbrios poderão causar, para isso é necessário avançar com estudos que possam aferir os impactos de um projeto desta magnitude.

Disse ainda que, em 2021 foram publicadas a Estratégia Nacional para o Mar 2021/2030 e respetivo Plano de Ação e também a Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de julho de 2021, sobre o impacto no setor das pescas dos parques eólicos marítimos o qual salienta entre outros que, quando possível, os parques eólicos marítimos devem ser implantados em zonas nas quais não seja permitida a pesca, a fim de minimizar os impactos negativos para o setor das pescas. **(áudio 2.21.10 e 2.26.25 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, começou a sua intervenção a dizer que concordava com as afirmações que foram feitas pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro, porque todos devem estar lado a lado pelo mesmo objetivo ou com o mesmo objetivo e têm que enfrentar esta situação de duas formas, a primeira ser negacionistas, a segunda é ficarem na nossa bolha de revolta e a terceira é tentar encontrar as melhores soluções para o problema.

Disse o Senhor Presidente que tem tido reuniões com as Associações de Pescadores do Concelho, a Associação de Pescadores Profissionais e Desportiva de Vila Praia de Âncora, e também com a Associação de Pesca do Rio Minho, porque só quem está no mar e vive da pesca sabe das dificuldades que tem, é que sabe verdadeiramente o impacto que isto vai ter neles, na sua comunidade piscatória, mas, se lhe perguntam se está a favor ou estou contra as eólicas, responde que está do lado da sua população e dos pescadores, porque, quando se fala na mitigação de impactos é mesmo isso, porque a constituição destas áreas de servidão vão ter impactos no Concelho e de imediato o primeiro impacto brutal que vai ter é na pesca e esta área situa-se no seu topo norte, mais ou menos entre o Forte do Cão e os Caldeirões, e estende-se até à Póvoa de Varzim.

Disse também o Senhor Presidente que, das reuniões que participou foi-lhe dado a conhecer algumas coisas que já partilhou com as Associações de Pescadores, porque existem outras questões que não sabiam e passaram a saber, e o exemplo mais próximo que tem é o Parque Eólico que está em Viana do Castelo e à data nesse espaço não se podia pescar, não se podia praticar Náutica de Recreio, não se podia praticar Náutica Lúdica. Mas, daquilo que agora se vai sabendo é que nesta área em



Assembleia Municipal de Caminha

concreto poderá haver algum tipo de pesca, porém, o grande problema que ali está em causa é que está área incide precisamente sobre grandes barcos pesqueiros e nestas áreas deixando de pescar ali vão-se concentrar e como dizia o Senhor Vasco nas áreas mais próximas da costa onde já está sobrecarregado, e desde logo aquilo que tem de procurar é reduzir ao máximo a área que pretendem afetar com a implementação do Parque Eólico. E, quando se fala nas questões financeiras indemnizatórias têm de ser realistas, porque em algum momento irão ter de falar delas e não é ser gananciosos, é pedir para a comunidade que vai ser seriamente afetada com este problema, porém, está muito preocupado com os impactos socioeconómico que isto vai trazer para o Concelho, porque há muita gente no Concelho a depender da pesca de forma direta ou indireta, e vai acabar por deixar famílias numa situação de maior vulnerabilidade e todas as áreas que estão associadas a esta matéria que tem um significado muito forte, como, no turismo, na restauração, na economia de mar, com a venda dos produtos e artefactos de pesca no Concelho.

Referiu ainda o Senhor Presidente que já tem agendada uma reunião com o Senhor Diretor Geral da DGRM que é essencial no meio deste processo, e, é importante que ele fique sensibilizado para a problemática do Concelho de Caminha, e, é importante que possa ouvir os pescadores e as soluções que eles apontam para minimizar os impactos no dia a dia deles caso isto fique tal e qual como está, é importante lutar até ao final para que os pescadores da comunidade sejam ouvidos a todo tempo sempre que houver alterações em alguma situação, tem de estar coesos e unidos e fazer ver a todos qual é a posição do Concelho de Caminha. **(áudio 2.26.48 e 2.39.02 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente e perguntou se acha suficiente falar só com os pescadores do Concelho, ou, se não seria importante falar com os pescadores dos outros Concelhos afetados, Viana do Castelo Esposende e Póvoa do Varzim.

Perguntou também se juntamente com estes Presidentes da Câmara vai exigir ao governo que cumpra o requisito que está previsto nas recomendações do Parlamento Europeu, que é afastar estes Parques Eólicos para além das 12 milhas e se vai exigir que seja feito um estudo de impacto ambiental como também recomenda o Parlamento Europeu. **(áudio 2.39.11 e 2.41.06 minutos da 1.ª gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

Cepu
E
Q

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que tem que começar a trilhar o caminho com todos os cenários em cima da mesa, perspetivando. Referiu ainda, que todos os Presidentes das referidas Câmaras estão em articulação, participam em conjunto com a CIM Alto Minho, embora haja interesses profissionais da pesca que são distintos entre estes Concelhos. **(áudio 2.41.27 e 2.43.24 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se não vai responder sobre uma questão que foi levantada pelo Senhor Luís Matias, quando referiu que havia proibição de Pesca Lúdica antes de aparecer esta matéria do Parque Eólico, nomeadamente no Forte da Ínsua, e aquilo que gostava que o Senhor Presidente respondesse era: Se a ordem foi dada diretamente pelo Senhor Presidente da Câmara ou por outra instituição? **(áudio 2.43.39 e 2.44.24 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que surgiu a questão da interdição por parte dos pescadores lúdicos numa área circundante ao Forte da Ínsua, e, não foi a Câmara Municipal que interditou esse espaço à pesca, foi uma decisão da Capitania do Porto de Caminha através de edital. **(áudio 2.44.53 e 2.46.10 minutos da 1.ª gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente sobre o projeto afetação, e perguntou, se já está agendada alguma reunião sobre esta matéria e qual é a postura da Câmara Municipal relativamente a esta matéria e aquilo que podem esperar na sua defesa. Perguntou ainda ao Senhor Presidente que ao falar tanto na compensação e na indemnização, se correm o risco da morte do setor das pescas. Termina a perguntar se estaria o Senhor Presidente disponível e a Câmara Municipal para se avançar com um movimento conjunto para suspensão imediata deste processo. **(áudio 2.46.27 e 2.48.19 minutos da 1.ª gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que não tem conhecimento de que haja indemnizações aos pescadores, o que sabe é que existindo estas áreas de exclusão de 600 KM², não podendo os pescadores pescar e não exigir indemnizações não seria proteger e defender os pescadores.

Relativamente às reuniões disse que vão surgir mais reuniões, o compromisso que tem com a Associação de Pescadores é envolvê-los sempre que haja uma tomada de decisão.

Relativamente à questão da moção disse que, não diz que não, mas, o que é importante é ter mais elementos que ajudem a fundamentar a tomada de decisão. Disse ainda que na reunião que houve em Lisboa já soube que vai haver mais estudos ambientais e uma nova discussão pública sobre o documento final que for aprovado. (áudio 2.48.25 e 2.51.10 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, perguntou ao Senhor Presidente se confirma ou não, que o projeto de afetação tem que estar concluído em outubro. (áudio 2.51.24 e 2.51.40 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse não é ele que tem de confirmar se este processo tem que estar encerrado em outubro, porém, todos sabem que por vezes os prazos são prorrogados, mas, se lhe perguntar se vão ser prorrogados, também lhe sabe confirmar. (áudio 2.51.46 e 2.52.26 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, perguntou ao Senhor Presidente se estaria na disposição de propor um grupo de trabalho para analisar em conjunto esta matéria. (áudio 2.52.38 e 2.53.00 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta disse que não, porque não lhe compete a ele fazer esse tipo de grupos, porque de momento os prazos que tem de pronúncia no âmbito do grupo de trabalho é de fazer chegar propostas até ao dia 29 do presente ano, e está a trabalhar em propostas juntamente com a Associação de Pescadores. (áudio 2.53.05 e 2.53.38 minutos da 1.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature and initials in blue ink.

f) – Alteração do regulamento do programa de incentivos do acesso ao ensino superior

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez a apresentação da proposta, e disse que foi aprovada uma atribuição de um subsídio a 8 alunos, quando refere no seu art.º 5, do Regulamento, que a Câmara Municipal não poderá atribuir anualmente incentivos em número superior a 5 alunos. Assim, a OCP propõe que esta norma seja alterada para a seguinte redação “ a Câmara municipal não poderá atribuir anualmente novos incentivos em número superior a 25”, o que não quer dizer que tenha que atribuir a 25, vai poder chegar aos 25 alunos, aquilo que não vai ficar é limitada por um número baixo que estava até agora, e propõe ainda a introdução de uma norma transitória para que esta alteração ao regulamento produza efeitos retroativos a 2 de janeiro de 2023, para que as deliberações da Câmara que foram tomadas em violação do Regulamento do Municipal fiquem devidamente legalizadas. **(áudio 2.55.46 e 3.02.04 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que é louvável que haja ali um encontro de intenções, as intenções de quem fez esta proposta e as intenções da Câmara Municipal na atribuição destes apoios aos estudantes, e, é nesse princípio o entendimento que não se podem esquecer aquilo que diz respeito às expectativas, ao introduzir um número de 25, vai gerar expectativas demasiado elevadas aos estudantes de poderem vir a beneficiar de um apoio, podendo-se propor um número mais razoável provavelmente não ultrapassar os 10 que permite que sejam atribuídos logicamente a 5, 6, ,7 e 8 como no caso deste ano, mas que se aproxima daquela que é uma expectativa praticável dentro daquele que é o orçamento da Câmara Municipal de Caminha. **(áudio 3.02.20 e 3.02.04 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que os regulamentos existem precisamente para isso, para regular e manter a ordem, e para que todos saibam previamente quais são as normas com que são regulados. Quando se verifica que o regulamento fica desatualizado altera-se o mesmo e aplica-se alteração, no entanto se



Assembleia Municipal de Caminha

o regulamento em questão fixa o número mínimo de 5 não pode ser 6, 7 ou 8, ora, como se comprova que este limite de 5 é curto e já foi de forma ilícita ultrapassado pelo que não se pode deixar de concordar com a necessidade de ampliação desse limite. Pelo que, a proposta que a coligação "O Conselho em Primeiro" ali traz, aponta para um número máximo de 25, qualquer um pode ser discutido e tem que se ter em conta que o número máximo de 25 é um número máximo não implica a atribuição automática de incentivos nessa proporção apenas deixa uma boa margem de manobra e face ao exposto votam a favor da proposta. (áudio 3.04.07 e 3.06.24 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que apesar de já se ter dito praticamente tudo há uma coisa que é extremamente importante que se deve ter em conta que é o art.10.º, do Regulamento, pois é aquele que fixa os critérios de avaliação dos processos de candidatura, ou seja, este artigo é que vai fazer a seleção e a forma de cálculo dos subsídios a atribuir, logo, 25 é sempre um número máximo até pode haver mais pessoas a se candidatar, mas, se não cumprirem com os critérios de seleção vão ficar de fora e também não vai criar expectativa, vai criar comodidade a quem tem que avaliar. (áudio 00.32 e 02.09 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a questão da expectativa se calhar não foi bem compreendida, porque não chegar ao 26º ou 30º candidatos o que é importante é que dentro desses 25 todos vão respeitar o art.º 10º, o que se torna impossível atribuir 25 subsídios daquilo que prevê o orçamento do Município e vão estar a gerar expectativas sobre os alunos e o Município ao decidir atribuir este tipo de apoio, estabelece as regras para atribuir e deve ser razoável e verdadeiro. (áudio 02.19 e 02.09 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que este número 5 candidatos, são 5 novos candidatos por ano, aos quais se juntam os dos anos transatos, atualmente a Câmara Municipal apoia no ensino superior 19 estudantes.

Disse ainda o Senhor Presidente que esta norma transitória que ali falam é uma norma que resolve o problema deste ano e quem propôs que pudesse ser 8 candidatos em vez de 5 foi o júri do procedimento e também nos termos do regulamento diz que nos



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature and initials in blue ink.

casos das dúvidas omissões e afins compete ao júri do procedimento resolvê-las. E ainda no seu art.14.º, do regulamento, podiam ter ali a dita salvaguarda dos setores políticos, neste caso o órgão executivo, Câmara Municipal e Vereadores.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que está mais de acordo com a posição ali firmada pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro, porque é mais equilibrada e coincide mais com a realidade do Município, sem criar expectativas infundadas sem criar nas famílias dos alunos e dos alunos a possível esperança de serem um deles. **(áudio 02.19 e 02.09 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a coligação “O Concelho em Primeiro”, não tem problema em alterar o número proposto e deve-se alterar ali a norma transitória e, se a proposta não for aprovada o executivo pratica um ato ilegal e vai ficar com ele para o bem e para o mal. **(áudio 07.09 e 08.22 minutos da 2.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, leu a proposta final de acordo com todas as forças políticas representada na Assembleia Municipal e disse que o: “art.5.º, na sua redação diz que, a Câmara Municipal não poderá atribuir novamente novos incentivos em número superior a 12, sem prejuízo da Câmara Municipal por proposta fundamentada do júri poder aumentar este número e a presente alteração produz efeitos retroativos a 2/01/2020. **(áudio 20.50 e 22.06 minutos da 2.ª gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.



Assembleia Municipal de Caminha

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H45M, do dia 18 de maio de 2023, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)

A Primeira Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)